

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Os amadores](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Os amadores	2
Título: Antes que dê curto	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Petrobrás em faxina e reforma	4
Título: Racionamento de energia na Venezuela chega a 6 Estados	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Pleno do STF decidirá sobre Eletrobras -	7
Título: A água na mira do mundo -	8
Título: Água, sinônimo de vida -	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: ALVARO GRIBEL E MARCELO LOUREIRO (INTERINOS)****Título: Os amadores****Míriam Leitão**

O governo Michel Temer demonstra ser o oposto do que disse o ministro Moreira Franco: amador. Isso ficou mais evidente com a reação à morte da vereadora Marielle Franco. Pelo menos dois dias depois, ainda não havia sido decretado luto oficial e o presidente não havia ido ao Rio. Tampouco se soube de que tenha conversado com a família. A preocupação da cúpula governista era tentar diminuir o desgaste. “Não abala a intervenção”, disse na manhã de quinta-feira o ministro da Justiça, Torquato Jardim. “A intervenção nunca se propôs a fazer mágica”, complementou à tarde Raul Jungmann, da Segurança. A percepção era de abatimento e improviso.

Na economia, o que se vê é um governo paralisado diante de um ministro da Fazenda que não se decide entre permanecer no cargo ou sair candidato. Henrique Meirelles só pensa nisso, mas seu desempenho eleitoral é tão fraco que nem os seus aliados apostam em seu nome. O enterro da reforma da Previdência deixou o ministro sem agenda e os poucos projetos que ainda podem avançar no Congresso estão parados porque a base aliada não quer saber de ajuste fiscal em ano de eleição. A intervenção no Rio também proíbe a votação de projetos que alteram a Constituição. **No Ministério de Minas e Energia, o ministro fernando coelho filho** deixará o cargo para se candidatar ao governo de Pernambuco. O setor continua com problemas crônicos, os reajustes na conta de luz este ano serão na casa de dois dígitos, mas as notícias que vêm da pasta são de que há uma briga entre a área técnica e os políticos que enxergam as estatais do setor como um feudo a ser explorado. O Ministério chegou a baixar uma portaria com 10 princípios a serem seguidos por quem ocupar o cargo.

Entre eles, estão o “respeito ao direito à propriedade e o respeito aos contratos”. Parece óbvio, mas o medo é tão grande que precisou ser formalizado. Na Câmara, o presidente da Casa, Rodrigo Maia, que prometeu tocar uma agenda de modernização da economia, também só pensa na candidatura. Deputado eleito pelo Rio, levou quase 12 horas para comentar em uma rede social sobre a morte de Marielle. Manteve a agenda de candidato na quinta-feira, e à tarde viajou para encontrar empresários na Paraíba. Nada menos aconselhável neste momento de comoção nacional. Para um governo que chegou ao poder sem votos, prometendo resolver o déficit fiscal e aprovar

a reforma da Previdência, o que se esperava era menos apego ao cargo e mais sacrifício para tirar o país da crise.

Colapso venezuelano

Uma das razões para o colapso da economia venezuelana é a forte queda da produção de petróleo. Como mostra o gráfico abaixo, ela vem caindo há praticamente duas décadas, mas desabou 30% nos últimos dois anos de governo Maduro. Segundo o EIA (Energy Information Administration), departamento de energia do governo americano, a produção caiu de 2,3 milhões de barris por dia, em janeiro de 2016, para 1,6 milhão em janeiro deste ano.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Clauber Barão Leite

Título: Antes que dê curto

Só acenar com bandeira branca para o consumidor, criando tarifas diferenciadas, não resolve. Se o governo quer realmente reduzir o consumo de eletricidade no país, é preciso investir também na outra ponta da tomada. A eficiência energética é um dos caminhos mais curtos, baratos e, evidentemente, eficientes para atingir essa meta. O Brasil está prestes a adotar novos parâmetros de fabricação para a indústria de eletrodomésticos.

Mas, em vez de resolver o problema de vez, o governo pretende optar por outra gambiarra. O consumidor e o meio ambiente pagam o prejuízo: a conta de luz vem subindo acima da inflação. E, como a crise hídrica tem forçado o acionamento de termelétricas, os níveis de emissões de gases poluentes também crescem.

O cidadão fluminense está em choque: seus boletos chegaram com aumentos muito acima da inflação de 2017, que foi de 2,95%. No caso dos moradores da capital, 9,09%, e nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, 21,46%. Light e Enel Rio põem a culpa na falta de chuvas no ano passado. Quem tem olho grande não entra na China, diz a máxima. E, neste caso, é pura verdade: um ar-condicionado fabricado aqui não seria vendido naquele país, pois nosso grau de exigência é bem menor.

Para nos aproximarmos de níveis razoáveis, o Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética (CGIEE) propôs uma nova regulamentação, mudando os coeficientes para aparelhos de refrigeração dos atuais 2,60W/W para 2,81W/W e, depois, de 2,81W/W para 3,02W/W. Para se ter uma ideia, no Japão, os

padrões mínimos pularam de 2,55 para 5,10 entre 1995 e 2005. Ou seja, uma melhoria de 100%, a uma taxa de 7,2% ao ano.

Na Coreia do Sul, a melhoria de 100% aconteceu entre 2008 a 2015. No Brasil, se forem aprovados os níveis propostos agora, seria de apenas 26% em 11 anos. Cerca de 70% dos modelos de aparelhos split aprovados pelo Inmetro já atenderiam ao grau de eficiência proposto. Ou seja, praticamente vamos mudar para continuar na mesma.

Mesmo em países com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, há no mercado oferta de aparelhos mais eficientes. Ainda que custem um pouco mais caro, eles acabam “se pagando” a prazo, com a redução na conta de luz. Não há por que o Brasil não se equiparar ao patamar tecnológico desses países.

Afinal, a indústria de refrigeração é multinacional: as mesmas empresas que fabricam produtos obsoletos aqui vendem modelos mais eficientes em outros mercados. Hoje, os aparelhos de ar-condicionado são também comuns nos lares de classe média baixa. A indústria argumenta que equipamentos mais eficientes custariam mais caro, o que, num período de crise econômica, poderia ser um desastre para o setor.

Mas exemplos de fora mostram que isso não é regra. No Japão aconteceu o contrário: os preços caíram pela metade entre 1995 e 2008, enquanto a eficiência energética melhorou 180%. Precisamos resolver esse problema definitivamente. E para já, antes que dê curto.

Clauber Barão Leite é engenheiro ambiental e especialista em energia e sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás em faxina e reforma

Mais que uma faxina, indispensável para a remoção do lixo e dos escombros deixados pelo petismo, um enorme trabalho de reforma e reconstrução vem sendo realizado pelos novos diretores da Petrobrás, a maior companhia brasileira, com apoio do Executivo federal. O balanço continua no vermelho, com prejuízo de R\$ 466 milhões no ano passado, mas a dívida total diminui, pendências bilionárias são resolvidas e a estatal é novamente administrada como empresa.

Crítérios de profissionalismo, eficiência, lucratividade e respeito aos acionistas voltam, enfim, a ser levados em conta. Essa mudança ocorre depois de muitos anos de sujeição da petroleira a objetivos partidários e pessoais, de completo desprezo a critérios administrativos, de investimentos mal planejados e mal executados e de uma ampla pilhagem conduzida à sombra de um Executivo irresponsável e complacente.

Boa parte dessa história está narrada nos documentos da Operação Lava Jato. Mas a devastação da estatal foi muito além dos crimes narrados nessa investigação. O relato completo deveria incluir, entre outros detalhes, os interesses políticos por trás de obras como a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, as interferências em decisões tipicamente empresariais, como a fixação de preços, e o uso da companhia como instrumento de um desastroso arremedo de política de desenvolvimento industrial.

Custos elevados, sangria de caixa e favores a grupos selecionados são componentes dessa história de desmandos. Com o fim do controle de preços, uma das grandes fontes de prejuízo da Petrobrás foi extinta. Eliminada a obrigação de participar de todos os projetos de exploração do pré-sal, a empresa recuperou a liberdade, essencial para toda atividade de negócios, de escolher seus objetivos e de planejar o uso de seu dinheiro.

O prejuízo contabilizado no exercício de 2017 é explicável essencialmente pelo trabalho de faxina. Sem o acordo de cerca de R\$ 11 bilhões firmado com investidores para liquidar um processo na Justiça americana, a Petrobrás teria registrado um lucro líquido de R\$ 7 bilhões, segundo explicou o diretor financeiro, Ivan Monteiro. Faltam os passos finais para a oficialização do acordo, já aprovado pelo juiz. A Petrobrás, segundo seu presidente, Pedro Parente, considera o problema resolvido.

Enquanto o PT comandou o governo federal e a empresa, a Petrobrás, além de perder bilhões em maus investimentos e em várias outras iniciativas erradas, tornou-se campeã mundial de endividamento. Seus compromissos ainda são muito grandes, mas a dívida bruta diminuiu de R\$ 314,12 bilhões no quarto trimestre de 2016 para R\$ 280,75 bilhões um ano mais tarde.

Além disso, a empresa recuperou o acesso ao mercado financeiro internacional, perdido na pior fase de sua deterioração financeira. Em certo momento a companhia ficou restrita a créditos de fontes chinesas. Com o retorno ao mercado, parte dos compromissos foi recentemente renegociada com prazos maiores, segundo informou no fim de janeiro o presidente da empresa. O ajuste é naturalmente sujeito a oscilações.

A relação entre o endividamento líquido e a geração de caixa subiu de 3,16 vezes no fim de setembro para 3,67 vezes no fim de dezembro, mas a fase do grande sufoco financeiro foi claramente superada. Com maior liberdade para fixação de preços, a empresa pode mais facilmente acompanhar as variações internacionais e, nos momentos adequados, beneficiar-se da alta das cotações. Além disso, a produção de óleo e gás tem aumentado. No ano passado a empresa alcançou no Brasil o recorde de 2,15 milhões de barris produzidos por dia.

A política de recuperação continua e tem, por enquanto, rumo bem definido. A maior dúvida, hoje, é quanto à manutenção dessa política. A empresa está mais protegida contra desmandos do Executivo, mas, com algum esforço, o próximo presidente da República ainda poderá subordiná-la a fins pessoais e partidários. Se essa for sua inclinação, provavelmente encontrará apoio na base aliada. O futuro da empresa dependerá, enfim, dos eleitores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Racionamento de energia na Venezuela chega a 6 Estados

Alegando falta de chuva em hidrelétricas, governo faz cortes em regiões do oeste do país, na fronteira com a Colômbia

O governo da Venezuela impôs nesta semana racionamento de energia elétrica em 6 dos 24 Estados do país. Os mais afetados ficam próximos à fronteira com a Colômbia, em virtude da falta de chuvas nas principais hidrelétricas venezuelanas. Oficialmente, os cortes de quatro horas diárias começaram na quinta-feira, mas muitos moradores da região ironizaram o governo ao dizer que a falta de luz é recorrente em virtude da infraestrutura ruim do setor.

“Hoje (sexta-feira) não tivemos luz por 14 horas. No outro dia, por seis horas”, disse Ligthia Marrero, moradora da capital de Táchira, San Cristóbal. O setor elétrico venezuelano, que foi nacionalizado pelo presidente Hugo Chávez (1999-2013), sofre com falta de manutenção e problemas de infraestrutura há anos e cortes de luz são recorrentes no país, especialmente em cidades menores.

Quando as chuvas diminuem, como é o caso deste ano, os racionamentos aumentam. A crise elétrica no país se soma ao caos hiperinflacionário e à escassez generalizada de alimentos e remédios, que tem se agravado desde que o presidente Nicolás Maduro chegou ao poder, em 2013. A crise provocou a migração em massa de centenas de milhares de venezuelanos para outros países da América do Sul, principalmente Colômbia e Brasil.

Em Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, além da crise provocada pela chegada de refugiados, o colapso do setor elétrico venezuelano também se tornou um problema. Único Estado brasileiro que não é ligado ao Sistema Integrado Nacional (SIN) de energia, Roraima depende da importação de luz venezuelana para não ficar no escuro. Desde o ano passado, os apagões têm se tornado frequentes na região, com faltas de luz que chegam a até 84 horas por mês.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Pleno do STF decidirá sobre Eletrobras -

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que seja analisada pelo plenário a ação contrária à medida provisória que autoriza a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias, conforme “relevância” da questão ao projeto de política nacional de regulação do setor de energia elétrica, justificou a ministra. A ação é de autoria do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Rosa solicitou informações para a Presidência da República, a Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a Advocacia-Geral da União (AGU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR). A ministra pode liberar a ação para análise dos 11 ministros após receber as manifestações. Depois disso, caberia à presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, pautar o processo.

O PDT pediu, em janeiro, que o STF suspenda, de modo cautelar, os efeitos do artigo 3º, inciso I da MP, e que, então, seja declarada inconstitucional a medida provisória, que foi aprovada em 28 de dezembro de 2017. Quando entrou com o pedido no Supremo, a MP estava suspensa por uma decisão da Justiça Federal de Pernambuco, em resposta a uma ação popular. A situação, no entanto, foi derrubada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, em fevereiro, em recursos ajuizados pela Câmara dos Deputados e pela AGU.

Na ação, o partido de oposição ao governo traz argumentos similares ao da ação popular que conseguiu, temporariamente, derrubar a MP. O PDT alega que o governo não deveria ter utilizado o instrumento da medida provisória para o caso, ao revogar artigo que excluía a Eletrobras e suas controladas — Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul e a CGTEE — do Programa de Desestatização Nacional de Desestatização (PND).

O PDT afirma que precedentes do próprio STF “apontam para a impossibilidade de legislação regulamentadora de o setor elétrico nacional ser objeto de medida provisória em razão da proibição expressa prevista no art. 246, CF/88”.

Na Câmara dos Deputados, já há uma comissão especial para analisar o projeto de lei de privatização da Eletrobras. O presidente Michel Temer enviou o PL ao Congresso no fim de janeiro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: A água na mira do mundo -

O Fórum Mundial da Água de certa forma se assemelha ao Fórum Econômico Mundial de Davos. De um lado, porque se trata de iniciativa privada — sem vínculo institucional com Estados ou com organismos internacionais. De outro, porque não tem mandato para tomar decisões. Apenas estuda, debate, recomenda e negocia. Tem objetivo claro: influenciar as decisões relativas ao tema em nível global. A dimensão e a importância do evento que, pela primeira vez, se realiza no Hemisfério Sul — com 40 mil participantes — sugeririam que estaria ligado à ONU.

Talvez fosse o desejável, mas a realidade tropeça em dois obstáculos. Um deles: a fragilidade da organização para catalisar a iniciativa. O outro: a abordagem superada (recortada entre várias agências) para tratar da matéria, cuja complexidade vai além da envolvida em convenções como clima, florestas, biodiversidade. A água tem aspectos regionais e valor econômico como insumo, que praticamente inviabilizam o estabelecimento de um regime mandatário mundial.

As Nações Unidas, de qualquer forma, participam do encontro. As discussões estão relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados pelo Sistema ONU. O fato — a natureza do fórum e seu entrelaçamento com as ações do organismo multilateral — pode estar mostrando que o horizonte é misto. Vale, a propósito, prestar atenção.

Embora seja um painel de atualização de conhecimento, de apresentação de especialistas e de divulgação do tema, merece salientar que a mistura está se dando especialmente pela via das grandes corporações, que privilegiam o ponto de vista econômico: a privatização do bem, em vez do abastecimento humano.

Os Estados nacionais exercem papel crucial para inibir movimentos nesse sentido. São as legislações locais que determinam os limites, as prioridades, as

regras para a concessão. Também a fiscalização e o controle constituem prerrogativas estatais. No Brasil, a Constituição assegura a prioridade para o consumo das pessoas. O país é também signatário da Resolução da ONU que estabeleceu ser a água direito humano, ao contrário do que advogavam as corporações que queriam colocá-la no âmbito do direito econômico.

Contudo, as alternativas para concretizar a preferência na prática não estão claras. Um ponto crítico é a universalização do saneamento, com fornecimento de água e coleta de esgotos para todos. Reside aí um nó financeiro. As soluções conhecidas, por meio de concessões ou de empresas públicas não são viáveis para os lugares mais pobres. Fala-se em subsídio cruzado — solução na qual quem pode paga também por quem não pode. Mas a proposta ainda não está amadurecida.

A legislação brasileira é considerada boa. O problema é o investimento necessário para a distribuição da água. O setor público não tem condições de arcar com o custo. Há que se recorrer a concessões. O importante é que a regulação seja transparente, a fiscalização, exercida plenamente e a imposição de eficiência seja cumprida. O que, se sabe, não é o forte do Brasil.

Novidade interessante: pela primeira vez, ao lado dos processos diplomático e parlamentar que caracterizam o fórum, ocorrerá um processo jurídico. Juízes e procuradores do mundo inteiro estarão reunidos para debater um futuro muito próximo no qual, certamente, se intensificará a judicialização da distribuição da água entre os diversos interesses. Pergunta-se: o Judiciário está preparado para o desafio?

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Água, sinônimo de vida -

Um universo de pessoas não acessa água em quantidade e qualidade necessárias para se ter uma vida digna. Pensar em como garantir a segurança hídrica em um mundo cada vez mais impactado por mudanças climáticas é o fio condutor do 8º Fórum Mundial da Água, que ocorre até sexta-feira (23) em Brasília, com o tema Compartilhando Água.

Não por acaso, ao Brasil concede-se a honra de ser o primeiro país do Hemisfério Sul a receber uma edição do fórum. O país se credenciou por deter cerca de 12% da água- doce disponível no planeta, dispor de avançada legislação sobre recursos hídricos e reunir setores comprometidos com sustentabilidade no uso da água, bem que se confunde com a própria vida.

A partir da Lei das Águas, o Brasil sacramentou a água como bem de domínio público, limitado, dotado de valor econômico e de múltiplos usos, com prioridade para o consumo humano e a dessedentação de animais, em caso de escassez. A gestão do recurso é participativa, baseada no tripé poder público, usuário e sociedade, atores com assento e voz nos comitês de bacias hidrográficas.

Há muita experiência para se compartilhar globalmente. Brasília apresentará, entre outros, dois saltos civilizatórios recentes: a democratização da orla do Lago Paranoá, com desobstrução de áreas ocupadas irregularmente, e o fechamento do lixão da Estrutural, que era o segundo maior do mundo, uma ferida no coração do país e responsável por colocar em risco lençóis freáticos e a saúde de catadores de materiais recicláveis havia 57 anos.

Localmente, ainda, falará do enfrentamento à crise hídrica que impôs racionamento inédito. Entretanto, as intervenções do governo para enfrentar a crise contaram com adesão da população, que reduziu o consumo diário per capita de 147 para 129 litros, em um ano. Pesquisa da Codeplan constatou mudanças de atitudes (90% dos entrevistados diminuíram o tempo do banho, e 97% fecham a torneira ao escovar os dentes).

Os volumes dos reservatórios estão subindo. No auge da estiagem, o Descoberto atingiu 5,3% do volume útil, o menor da série histórica, e o de Santa Maria caiu a 22%, efeito de três anos consecutivos de seca e altas temperaturas, somados a um conjunto de problemas antigos, como grilagem de terras públicas, ocupação desordenada do solo, com impermeabilização de áreas, aterramento de nascentes e captação em excesso para irrigação.

Os investimentos em obras hídricas estruturantes, tampouco, acompanharam o crescimento populacional vertiginoso, que transformou Brasília na terceira maior capital com seus 3 milhões de habitantes. O apagão de obras durou 16 anos. No primeiro mês deste governo, ainda sem crise hídrica instalada e em meio a dificuldades financeiras, agimos para recuperar o atraso. As medidas já resultaram em acréscimo de 16,5% na produção de água, o que elevou a capacidade de captação a 11.576 litros por segundo (l/s).

Esse ganho, suficiente para abastecer 880 mil habitantes, foi obtido com a inauguração de duas obras: a Estação de Tratamento de Água do Lago Norte, construída em cinco meses, e o subsistema do Bananal, que, juntas, contribuem com 1,4 mil l/s. Tais obras atenuaram, parcialmente, a pressão sobre o Descoberto ao permitir que o Santa Maria pudesse transferir mais de 400 l/s para Asa Norte, Itapoã, Lago Norte, Paranoá e Taquari, entre outras regiões antes abastecidas por esse reservatório, que agora ganham água do Paranoá. Caminhamos para equacionar o abastecimento de água para os

próximos 30 anos com a retomada da construção do Sistema de Corumbá IV, projeto compartilhado com Goiás. A parte sob responsabilidade de Brasília, orçada em R\$ 275 milhões, já está 72% executada e deve ser entregue até dezembro. Para se ter a dimensão do impacto da obra, basta pensar que o reservatório do Descoberto, que abastece 60% da população, produz 3,2 mil l/s, enquanto Corumbá IV fornecerá 2,8 mil litros por segundo a 1,3 milhão de pessoas.

Para enfrentar a crise hídrica, o governo diversificou investimentos e tornou o sistema mais versátil, a exemplo da ativação de captações menores, como as dos Ribeirões Crispim e Alagado, que contribuíram com 90 l/s a mais para abastecer 45 mil habitantes.

Simultaneamente, a Caesb reduziu perdas no sistema de distribuição de água, com substituições de redes antigas, troca de hidrômetros, instalação de válvulas redutoras de pressão e combate a ligações clandestinas, além de campanhas sobre o uso consciente da água.

A Adasa, por sua vez, reduziu vazão outorgada, restringiu usos e fixou metas para os reservatórios e, ainda, realizou 1.014 fiscalizações na área rural que identificou 379 captações irregulares. Já a Agefis desobstruiu 60 mil m² de áreas de parcelamento irregular do solo em regiões das unidades hidrográficas do Rodeador, Alto Descoberto e Ribeirão das Pedras.

Em paralelo, a Secretaria da Agricultura e a Emater-DF desenvolveram com produtores rurais metodologias para tornar mais eficiente o uso da água na agricultura, com destaque para o projeto Produtor de Água na Bacia do Pípiripau, onde produtores plantaram 162 mil mudas do cerrado e receberam, somente em 2017, um total de R\$ 389 mil como pagamento por serviços ambientais prestados na recuperação de nascentes e de vegetação.

O Pípiripau é uma das iniciativas locais que o governo de Brasília levará ao Fórum da Água. A edição brasileira inova ao assegurar para a população, especialmente às crianças, o acesso gratuito a vasta programação e a vivências para ampliar a compreensão sobre o uso consciente da água, recurso finito essencial à vida que precisa ser compartilhado por todos.

MME / ASCOM .